



Análise de Conjuntura – Novembro de 2012

Apresentação

Os conflitos em Mali, na África, e neste momento entre Israel e Palestina iniciam a Análise de Conjuntura em nível internacional. Em seguida os rumos das duas maiores potências mundiais, Estados Unidos e China, passam por processos de renovação / continuidade de seus maiores dirigentes, o primeiro por meio de eleições bastante disputadas, a outra pela realização do Congresso do Partido Comunista Chinês.

Manifestações e mobilizações sociais marcam a análise no continente sul-americano, principalmente na Argentina e no Uruguai. Mencionam-se em seguida os movimentos pré-eleitorais à presidência da república no Equador.

A conjuntura nacional é aberta com uma análise da macroeconomia brasileira e suas consequências para a vida do povo. Em seguida abordam-se os dilemas que os movimentos sociais vivem em relação às suas agendas históricas no Governo da presidente Dilma. Obras, dívida pública e políticas consideradas higienistas no Rio de Janeiro dão sequência à análise. Finaliza-se este âmbito com abordagem crítica da presença do Brasil no cenário internacional, bem como os custos inerentes a esta opção.

As agendas do Movimento por Atingidos por Barragens e dos movimentos pelo reconhecimento da população negra no Brasil ocupam o espaço da análise a partir da ótica dos movimentos sociais.

As notícias do Congresso trazem como destaque: a CPMI do Cachoeira, o PL que altera o Código Penal, oriundo da CPI da pedofilia; Comissão da Verdade; proposta de plebiscito sobre a redução da maioria penal; a votação do marco civil da Internet; e a PEC das domésticas.

Internacional

Conflito no coração da África.

A mídia internacional fala muito pouco do conflito no Mali. Situada no oeste da África, o país é semidesértico, sem acesso ao mar, pobre. Neste último ano, a estabilidade institucional relativamente bem estabelecida ficou ameaçada. O conflito regional se amplia além dos dois países mais diretamente envolvidos.

Desde 1974 existe uma controvérsia territorial entre os dois países vizinhos, o Mali e o Burkina Faso. Cada um reivindica a faixa de Agacher, um território de 160 Km por 30 Km, com importantes reservas de gás natural e recursos naturais. Esperava-se que essas riquezas melhorassem a situação de seus países. Em vão! Hoje são fontes de conflitos.

Desde março deste ano, grupos de tuaregues invadiram a parte Norte do Mali, 2/3 da superfície do país. É provável que haja mais reservas naturais. A situação era “estável” enquanto o presidente Kadafi, considerado como o “rei dos reis” pelos tuaregues, vivia e comandava como um ditador. Eles são entre os mais pobres da região. Atualmente o Norte está nas mãos dos fundamentalistas Salafistas, dos grupos islâmicos de Al Qaeda, armados pela revolução do Burkina Faso.

O conflito pode ir além da região Mali / Burkina, com a implicação da África do Sul, da Argélia, de Marrocos, da Mauritânia, da Líbia, do Chad e outros. Paira uma atmosfera de guerra.

A reconquista do Norte demora em se articular. A ONU tenta organizar a mobilização, que é lenta. Não há acordos entre os países membros da Cedeao (Comunidade Econômica dos Estados da África do Oeste) sobre o número de soldados africanos ou da ONU. Não tem prazo para iniciar as operações contra a rebelião no norte. Os países da Cedeao e da União africana hão de elaborar as modalidades do plano de ação, que deve ficar pronto antes do final do ano.

Em março de 2012, militares do Mali organizaram um golpe de Estado. Exigiam mais créditos para lutar contra o inimigo do Norte. Queriam pôr fim a um regime que eles chamam de “incompetente”. A condenação do golpe foi unânime nas instâncias internacionais. A ordem institucional foi restabelecida depois de 5 dias.

Qual será a saída para o conflito? A ONU não tem ilusões. Sabe que “a marcha triunfante para Tumbuctu (centro do Mali)” não é para amanhã. Conta-se que pelo menos 12 países estão em conflitos armados na África. É cada vez mais claro que a saída não pode ser militar. A via diplomática, com a participação dos vários setores dos países, é o caminho que abre mais portas para manter viva a esperança da paz. Não bastam os capacetes azuis da ONU.

Nova guerra no Próximo Oriente?

Aproxima-se o perigo de uma nova guerra no Próximo Oriente. Até meados de novembro o conflito na região estava limitado à guerra civil na Síria Com Israel tentando manter-se afastado. Alguns tiros de morteiro no Golã, lançados do Líbano, sem alvo preciso, foram “punidos” com tiros de tanques israelenses. Os últimos dias, a tensão foi crescendo. Aviões de guerra israelenses bombardearam alvos na faixa de Gaza, matando entre outros o chefe militar do Hamas em Gaza, que estava trabalhando em um acordo de paz.

Aos poucos a atenção da mídia mundial se focalizou sobre o perigo de um novo confronto – nova guerra? – esquecendo-se das atrocidades na Síria. Assistimos a uma escalada regional da violência. Turquia, Líbano, Jordânia e Israel estão envolvidos no conflito siríaco.

Ainda mais preocupante: cresce gravemente o perigo de uma guerra com uma invasão de Gaza por Israel. Para que a convocação de 75.000 reservas de parte de Israel? O premier Netanyahu avisou: “os tiros da Síria contra Israel não serão tolerados e nossa resposta vai ser dura”. Horas antes, Israel já tinha intensificado os ataques contra a faixa de Gaza, matando pelo menos 15 pessoas, e não afastou possibilidade de lançar uma operação terrestre.

É desolador o silêncio dos países “ocidentais” (Europa e EUA) que apenas pediram a Israel ser mais moderado em suas reações militares...!

Eleição de Obama: um alívio e a força da esperança crítica

Quando Obama se elegeu, em 2008, Presidente dos Estados Unidos da América, o fato foi comemorado mundialmente como a vitória da esperança de uma nova configuração das relações internacionais, voltada para soluções pacíficas dos conflitos e a emergência de políticas progressistas no interior da nação mais poderosa do planeta.

Acreditou-se que a grave crise econômica mundial que se iniciava seria combatida pelo novo governante por medidas de incentivo ao crescimento do emprego, mudança na matriz energética, maior sensibilidade com o meio ambiente, bem como se alteraria a política migratória. *Sim, nós podemos!* Esta era a ideia síntese que movia a eleição de Obama, o primeiro Presidente negro dos EUA.

Num olhar retrospectivo dos quatro anos de Obama na Casa Branca, nota-se que, na política externa, prevaleceu o peso do *Establishment*, responsável direto por manter os interesses estratégicos da grande potência. Obama foi incapaz de fechar a base militar de Guantánamo, símbolo de desrespeito aos direitos humanos e do desprezo ao multilateralismo, e manteve o tradicional alinhamento acrítico com Israel, impedindo dessa maneira o armistício Palestino-Israelense em bases justas.

Internamente, Obama se empenhou pessoalmente na salvaguarda da indústria automobilística atingida durante a crise financeira mundial, baixou moderadamente os crescentes índices de desemprego da era Bush, aprovou a reforma da saúde, ampliou as condições de as pessoas permanecerem no seguro-desemprego e aumentou o uso de tíquetes de alimentação, em razão da situação econômica. Esses avanços, considerados tímidos em relação à perspectiva despertada com sua eleição em 2008, condicionaram sua nova vitória.

A campanha de Obama no começo sentia a falta de uma narrativa que o legitimasse para mais um período na Casa Branca. Curiosamente, foi o ex-presidente Bill Clinton que o brindou em discurso nas convenções do Partido Democrata, ocasião em que afirmou: “de 1961 para cá, os republicanos governaram o país por 28 anos, e os democratas, por 24 anos. Nesse período, foram criados 66 milhões de empregos, assim: 24 milhões pelos republicanos e 42 milhões pelos democratas”.

O candidato oponente, Mitt Romney, animado com o primeiro debate e amparado pelo ativismo do *Tea Party* equilibrava-se entre esse grupo e a moderação do discurso tendo em vista o eleitor menos afeito à radicalização do ideário defendido por esse setor do seu partido, o Republicano. A repentina moderação se mostrou insuficiente para atrair o eleitorado refratário ao ultraconservadorismo que controla esse partido.

O resultado dá a Obama um novo mandato presidencial com pouco mais de 50% do voto popular e 323 delegados contra 206 do seu oponente, Mitt Romney no Colégio Eleitoral. A vitória de Obama se deve ao voto de jovens, mulheres, minorias e migrantes – principalmente os latinos. Nesse sentido, alguns analistas identificam nas eleições presidenciais uma mudança na composição étnica dos EUA com possíveis reflexos duradouros.

Ironicamente, o sentimento difuso da vitória se deve mais aos erros do adversário, orientado pelo sectarismo do *Tea Party*, do que ao sentimento da esperança realizada. Ou, de outra maneira, se em 2008 o “*Sim, nós podemos!*” era o substrato da vitória, não seria exagero afirmar que em 2012 em alguma medida o embalo “*eles não podem!*”, referindo-se aos radicais do *Tea Party* para afirmar que eles não podem governar a maior potência da terra.

Não obstante o relativo desencanto com os resultados do seu governo, a reeleição de Obama é avaliada como um avanço histórico e um alívio para a comunidade internacional, especialmente num quadro repleto de incertezas econômicas e de crescentes conflitos regionais.

Para onde vai a China?

Na segunda semana de novembro, aconteceu em Beijing, o 18º Congresso do Partido Comunista Chinês que reuniu 2.270 delegados. Tudo aconteceu sem surpresa e estava decidido por unanimidade, sem discussões. No entanto, analistas destacam alguns desafios sérios que pairam sobre o futuro do regime.

O presidente que está saindo, Hu Jintao, fez da China, em 10 anos, a segunda potência mundial. Durante 30 anos o crescimento foi em média de 10% cada ano. Este crescimento permitiu ao país alimentar sua população de 1,3 bilhão (a maior do mundo) e fez recuar a pobreza. Os novos dirigentes herdaram um país mais rico e mais complexo, além da pesada carga de manter o crescimento e de repartir os frutos.

Tamanho crescimento não esconde, no entanto, a crise do modelo de desenvolvimento. Profundas mudanças serão necessárias para que a China envelhecida, poluída, desigual e pouco democrática alcance o grupo dos países ricos. Os investimentos devem ser reorientados para dar a prioridade ao mercado interno e não só às exportações.

Em todas as instituições do partido, uma das fontes de divisões é o espaço dado às empresas privadas que exercem uma pressão crescente sobre as instâncias políticas. Até onde poderão aumentar sua influência? Parece que o aumento da corrupção entre os dirigentes está ligado à multiplicação dos favores do setor privado à classe política, para conseguir maiores espaços de acesso ao mercado. Se a corrupção aumentar pode ameaçar a estabilidade do sistema.

As desigualdades são outra fonte de crise. Está previsto que a classe rica (que ganha entre 40.000 e 200.000 dólares por ano) dobre até 2020. Deveria passar de 6% a 21% da população do país, ou seja, de 120 milhões de pessoas para 280 milhões. O povo começa a reclamar melhores condições de vida, inclusive no campo ambiental. O ar de Beijing ou Shanghai se tornou irrespirável. Já há manifestações públicas para a defesa do meio ambiente.

A desigualdade aumentou. O dinheiro não chega para todos. Aumentam os conflitos sociais. Ainda não encontraram sua expressão política. Podem pressionar o aparelho político. Na abertura do Congresso, o presidente Hu Jintao falou da necessidade de uma maior harmonia social. O sistema do partido único, sem participação popular, vai sendo amortizado por uma melhor gestão dos conflitos sociais.

É no plano político que a situação parece mais bloqueada. O modo de designação dos mais altos dirigentes continua secreto. O novo presidente, Xi Jinping, tem um perfil conservador, mas a direita está dividida, e imprevistos podem surgir. A China conseguirá se manter como potência econômica sem abertura política? “O dia em que a China acordar”, haverá grandes surpresas. Com 82 milhões de membros, o PCC (Partido Comunista Chinês) assegura a continuidade do modelo de desenvolvimento.

Há profundas aspirações democráticas que evoluem e se expressam entre o meio bilhão de internautas. As pressões sociais aumentam. O sistema do partido único é temperado por mais capacidade de gerenciar os conflitos locais.

América Latina e Caribe

Manifestações na Argentina

Argentina tem sido palco de diversas manifestações sociais convocadas por diferentes organizações e com pautas diferenciadas, mas que expressam descontentamento com a vida política do país. No dia 8 de novembro, mais de 500 mil pessoas, segundo algumas fontes, foram às ruas em Buenos Aires no chamado "Panelaço 8N". Outras cidades da Argentina também mobilizaram milhares de pessoas. Foram manifestações das classes médias apoiada pelos grandes meios de comunicação. Uma pauta difusa, onde alguns afirmavam estar participando em defesa da República contra um governo autoritário.

A Argentina enfrenta uma crise com a desaceleração da economia, as dificuldades em pagar as dívidas e o crescimento da inflação. Esse quadro é agravado com a exacerbação de tensões políticas nos embates entre oposição e governo. Com uma oposição desarticulada e em minoria no Congresso sem nenhuma proposta alternativa consistente, a verdadeira oposição ao governo Cristina tem sido exercida por alguns grandes conglomerados do setor de comunicação, liderados pelo Clarín. Vários sindicatos que já foram simpáticos ao governo, começam a engrossar as fileiras de críticos e tem apoiado manifestações contra algumas políticas da presidente Kirchner. Nesse contexto tem despontado a figura de Mauricio Macri, prefeito de Buenos Aires como provável candidato à sucessão de Cristina Kirchner.

Tudo indica também que o governo tem tido pouca habilidade para dialogar com as insatisfações de alguns setores sociais, reagindo com certo autoritarismo ao não separar as reivindicações justas daquelas que são reivindicações de setores conservadores que desde o governo anterior atuavam como oposição.

Esta situação é controversa e exige um olhar atento sobre os fatos e, ao mesmo tempo, sobre as versões dos fatos. Recentemente, enquanto a Grande Mídia na Argentina e no Brasil vendiam a imagem do Governo de Cristina Kirchner como um governo contra a liberdade de expressão, o relator especial da ONU, Frank de la Rue, elogiava a lei de serviços de comunicação audiovisual da Argentina como um modelo para todo o continente e para outras regiões do mundo. A Chamada Lei dos Meios determina que um grupo possa ter um limite máximo de 24 licenças de rádio e canais de televisão a cabo. O grupo Clarín detém 270, controla 47% do mercado, e delas obtém 70% de sua receita.

Mobilizações Sociais no Uruguai

O Uruguai vive momentos de ebulição em mobilizações sociais. No dia 22 de novembro houve greve geral de quatro horas exigindo que o governo avance nas transformações políticas, econômicas e sociais. O lema das manifestações foi: “por mudanças mais profundas. Para concretizar a esperança”.

Com um quadro de desemprego da ordem de 7,1%, o presidente Mujica afirmou que não há condições de avançar mais nesse momento. Como uma reação às manifestações e críticas, o governo Uruguai lançou um programa de erradicação da pobreza extrema. Atualmente há 30 mil pessoas nessa situação.

O Plano se chama “Plano Integrado de Proteção Social” e está baseado em cinco linhas de ação: a) distribuição da riqueza em moldes semelhantes ao Bolsa-Família brasileiro; b) apoio às mães das classes mais pobres com filhos de até três anos; c) capacitação dos jovens que buscam o primeiro emprego; d) identificação de famílias que passem por problemas internos (de violência, por exemplo); e) criação de um cartão de crédito aos mais necessitados para compra de alimentos e artigos de higiene e limpeza em locais habilitados.

Período pré-eleitoral no Equador

Projeto de Lei do governo Rafael Correa foi aprovado pela Assembleia Nacional aumentando impostos a serem pagos pelos bancos. O sistema bancário pagava menos impostos que outros setores da economia. De 13% passará para 23%. Também passarão a pagar 12% de Imposto sobre Valor Agregado. Essa medida busca aumentar a arrecadação do governo que afirma pretender usar os recursos em ampliação do subsídio social a pessoas carentes.

Essa discussão aqueceu ainda mais o clima eleitoral no Equador. Em fevereiro de 2013 o Equador terá eleições, inclusive para a presidência. Rafael Correa, atual presidente concorrerá a reeleição e está à frente nas pesquisas de intenção de voto. Há ainda pelo menos outros seis candidatos disputando o voto dos equatorianos. Dentre esses candidatos, uma dissidência da base de sustentação do governo Correa lançou a candidatura do ex-ministro de Energia e Minas, Alberto Acosta, que participou da formulação da Revolução Cidadã.

Uma das mudanças que ocorrerá no processo eleitoral diz respeito ao Código da Democracia, lei proposta por Correa e que regula como será o trabalho da imprensa durante o processo, obrigando esta a um comportamento de neutralidade sem fazer promoção direta ou indireta de nenhum candidato.

O Equador intensificou as medidas para sua aproximação e inclusão no MERCOSUL. Depois da aprovação da entrada da Venezuela, o Equador poderá ser o próximo país a fazer parte do grupo.

Nacional

A economia vai mal, o povo vai bem?!

Depois de uma década de progresso social e econômico, surgem dúvidas sobre a capacidade do Brasil em enfrentar efeitos da crise financeira mundial. Hoje, o Brasil está ameaçado de entrar em recessão. O governo Lula conseguiu preservar o Brasil da crise internacional. Em 2010, houve um crescimento do PIB de 7,5%. Mas, já no ano passado, o crescimento econômico afrouxou. E, neste ano 2012, segundo previsões do Banco central, o crescimento não atingirá 1,6%, bem abaixo dos 4% projetados no orçamento para 2012, apesar de políticas de incentivo à produção sob as formas de desoneração de impostos (IPI dos carros e dos produtos de linha branca), de programas de desenvolvimento de infraestrutura e a redução da taxa básica de juros (Selic). Esta foi reduzida de maneira mais acelerada pela presidente contra a vontade dos bancos, caindo de 12% no ano passado para 7,5% este ano com a previsão de uma inflação da ordem de 6%.

Com a queda das receitas orçamentárias, que no passado permitiram intensificar as transferências de renda ao longo dos anos 2000, o governo está se confrontando com as reivindicações

salariais do funcionalismo público que se manifestaram pelas greves de professores, policiais e outras categorias que têm poder de negociação.

Durante a última década, o Brasil se beneficiou da brutal elevação de preços das matérias-primas (commodities) e do seu empoderamento maior na prospecção e produção petrolífera. Entre 2000 e 2010, o valor das exportações para a China quadruplicou ao ponto de superar as relações comerciais com o Mercosul e com os países membros do Tratado de Livre Comércio de América do Norte (TLCAN). Estas receitas comerciais permitiram ao governo Lula implementar políticas para superar parcialmente a pobreza e reduzir as desigualdades sociais pela constituição de uma nova classe média baixa. Em 2003, 35% da população viviam abaixo da linha de pobreza caindo para 20% em 2010. Tudo isso se fez com aumento real do salário mínimo e com uma diminuição do emprego informal e queda do desemprego de 13% a 6%, nível, segundo os economistas, que se aproxima do pleno emprego. As atuais políticas sociais adotadas pelo governo, num processo de continuidade, possibilitaram a 28 milhões de pessoas saírem de uma situação de extrema pobreza, levando 36 milhões a alcançarem nível de consumo mais próximo ao das classes médias.

Este “continuismo” ou continuidade explica a esquizofrenia entre o social e o econômico, que qualifica as políticas sociais do governo, em parte, desqualificando-as. As políticas desenvolvimentistas estão nas mãos dos interesses financeiros, dos detentores da dívida pública, do agronegócio, enfim das elites econômicas de sempre. Em nome da razão economicista, o governo cedeu concessões dos aeroportos a grupos econômico-financeiros encarregados de ampliar a infraestrutura aeroportuária, como também dos estádios de futebol, tudo isso com dinheiro do BNDES, ou seja, de fundos públicos. O econômico-financeiro fica sob o controle dos negócios privados.

Dilemas dos Movimentos Sociais na relação com o Governo

A opção de governabilidade realizada pelo Executivo Federal, em linha de continuidade com seu antecessor, de fazê-la prioritariamente por meio de ampla base de apoio no Congresso Nacional, tem limitado o cumprimento de compromissos com a agenda dos movimentos sociais no Brasil.

Não se pode reclamar de espaços abertos pelo Governo Federal para participação em consultas públicas, conferências, mesas de diálogo, entre outras modalidades criadas ou ampliadas. Todavia, o sentimento na maioria das coordenações dos movimentos sociais é de que agenda histórica de transformação social não avança: reforma agrária, reforma tributária progressiva de acordo com a renda, democratização dos meios de comunicação, alteração da matriz energética do país, reforma política com a institucionalização de mecanismos de participação direta, entre outras pautas.

Neste momento em que começa a vigorar no país a Lei Nacional de Resíduos Sólidos e uma política para inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, em vários estados brasileiros prosperam Parcerias Público-Privadas (PPP) que não trazem em seu bojo a garantia da inclusão daqueles que depois de anos na catação transformaram “lixo” em riqueza e hoje se configuram como agentes de preservação ambiental.

Apesar da alimentação que chega às mesas da população brasileira ser mais de 70% oriunda da Agricultura Familiar, o Governo Federal não consegue romper com os obstáculos que a bancada ruralista impõe para fazer avançar uma ampla Reforma Agrária que inclua os meios e tecnologias já desenvolvidas como a convivência com o Semiárido, sistema agroflorestral, entre outras, sustentáveis; para resolver assim a extrema pobreza concentrada em 50% na área rural e para acabar com a violência e assassinatos que ainda acontecem na fronteira de expansão do agronegócio nas regiões Norte e Centro-Oeste do país.

Nesta mesma perspectiva ficam a situação de demarcação das terras indígenas, hoje questionada no judiciário, e o reconhecimento de áreas de quilombos; visto que ambas caminham muito lentamente para a dívida histórica que o Estado brasileiro tem com os povos indígenas e afrodescendentes.

É preciso reconhecer que a redução dos juros básicos, a aprovação da política de cotas raciais e sociais para ingresso nas universidades públicas e a instalação da Comissão Nacional da Verdade também pertencem a essa pauta histórica e que estão sendo efetivadas.

A sustentabilidade da participação popular, por meio de um novo marco regulatório entre o Estado e a Sociedade Civil é também outra pendência a enfrentar.

A cultura autoritária ainda prospera em muitas esferas do Estado brasileiro, impedindo o reconhecimento dos novos sujeitos de direito no acesso às políticas públicas. Faz-se necessário institucionalizar espaços deliberativos para que efetivamente o controle social e a participação popular possam efetivar as conquistas sociais, senão estes servirão apenas para legitimar a pauta e agenda que os governos eleitos apresentam.

Sobre as Obras da Copa e dívida

As causas da crise financeira têm relação direta com o modelo de acumulação e exploração e, segundo a Santa Sé, a dívida é só um sintoma da falta de justiça no fluxo de capitais mundial.

Esse modelo desenvolvimentista e do Estado financiador tem sido considerado um receituário para os demais países em desenvolvimento. O Brasil tornou-se um expoente no cenário mundial, mas em paralelo internamente, ainda convive com violações de direitos sociais. A potência externa não se revela no interno. Há uma parte numerosa da população que convive com imensas desigualdades, exclusão, desemprego, violações aos direitos humanos e sociais.

O elevado nível de endividamento interno do país compromete mais de 45% do orçamento nacional a cada ano. Outro elemento que condiciona o verdadeiro desenvolvimento humano reside na manutenção do superávit primário, sendo hoje o maior de toda a história, ou seja, a reserva feita exclusivamente para pagar juros e amortizações da dívida pública brasileira, em 2011 consumiu R\$ 708 bilhões (45,05%) do Orçamento da União (R\$ 1,571 trilhões) e, só no 1º semestre de 2012, consumiu 608 bilhões de reais, Para 2013 já foram reservados 900 bilhões só para pagamento dos juros e amortizações da dívida pública.

Enquanto os orçamentos voltados para os direitos sociais (reforma agrária, saúde, saneamento, transporte, cultura e outros) sofrem cortes, os títulos da dívida pública cresceram 10% seguindo a lógica de outros países. Este crescimento é causado, em grande medida, pelas crises econômicas provocadas pelo próprio sistema. No início de 2012, a dívida pública brasileira ultrapassou a cifra de R\$ 3,2 trilhões, somando dívida interna e externa (interna R\$ 2,74 trilhões e externa R\$ 416 bilhões). Além disso, a promoção de desonerações fiscais que beneficiam a indústria e as empresas também compromete o financiamento dos direitos sociais.

No que se refere aos grandes eventos (Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016), os custos de suas obras, em grande parte privadas, estão sendo financiados em mais de 99% pelo Estado brasileiro (BNDES, Caixa Econômica Federal, isenções de impostos e fiscais por até 30 anos, concessões e privatizações), isto é, com recursos públicos. Entretanto, a euforia de parte da população se deve aos investimentos e à projeção internacional do país contrasta com a realidade de milhares de famílias que estão tendo seus direitos violados para dar lugar a complexos viários, imobiliários, hidrelétricos, hoteleiros, esportivos, transporte, entre outros.

O Estado brasileiro anunciou em 2010 que gastaria aproximadamente R\$ 33 bilhões com as obras para a Copa. Após alguns meses esse valor subiu para R\$ 50 bilhões (final de 2011)e, em março de 2012, já estava calculado em R\$ 65 bilhões.

O custo social ainda pode ser maior, segundo dados da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas (ANCOP) mais de 170 mil pessoas nas 12 cidades sedes sofreram remoções devido às obras da Copa ou Olimpíadas.

Internação compulsória de usuários de drogas e “higienização” dos pobres

No final do mês de outubro a Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura do Rio de Janeiro iniciou a operação de internação compulsória de usuários de crack e outras drogas (crianças e adolescentes), gerando repercussão nacional.

Os motivos das manifestações se referem ao modelo “higienista” que a ação tomou, remetendo à memória do período Vargas (1930-45) e Lacerda (1960-65) e se apresenta na direção contrária à perspectiva de Atenção Psicossocial propugnada pelo Ministério da Saúde, por meio da ação dos CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e drogas), Residências Terapêuticas e Consultórios na Rua, entre outros.

A sociedade brasileira cobra das várias esferas dos governos ações eficazes contra o uso indiscriminado do crack e de outras drogas. Há incômodo pela forma desumana em que se encontram os usuários nas “cracolândias” espalhadas nos grandes centros urbanos do país, todavia também emerge o medo de que para obtenção de recursos para manter a dependência, esses usuários possam atacar os transeuntes.

A medida desenvolvida pela Secretaria Municipal referida não resolve a situação, uma vez que a Atenção Psicossocial no município e no estado do Rio de Janeiro ainda está abaixo da média nacional, segundo dados do Ministério da Saúde, contudo, satisfaz a muitos setores da sociedade interessados em invisibilizar as pessoas que se encontram nesta situação; principalmente em cidades que sediarão os grandes eventos esportivos internacionais (Copa 2014 e Olimpíadas 2016, por exemplo).

O enfrentamento ao uso do crack e de outras drogas (lícitas e ilícitas) é complexo. Ele deve ser assumido em conjunto pelo Estado por meio de seus governos, e pelas igrejas, famílias e organizações da sociedade civil. Como o tema se articula com o crime organizado do tráfico de drogas, com múltiplas interfaces até mesmo com agentes do Estado, é de difícil solução.

Sem o compromisso dos Governos Estaduais e Municipais com o Plano Nacional de enfrentamento ao Crack e Outras drogas, proposto pelo governo Federal, com a construção e oferta dos serviços necessários para realizar a atenção psicossocial, envolvendo principalmente as políticas de saúde e de assistência social na dimensão do Cuidado não será possível reinserir na convivência familiar e comunitária os atuais usuários. Ações espetaculares e midiáticas não chegam às raízes do problema.

Presença do Brasil no cenário internacional – a que custo?

Há tempos acompanham-se as iniciativas do Brasil de ocupar um papel de maior relevância no cenário político e econômico internacional. A insistência em assumir um lugar definitivo no Conselho de Segurança da ONU é parte da intenção de superar o papel de coadjuvante no cenário internacional.

As ações do governo brasileiro acontecem em consonância com um processo de mudanças na ordem internacional nas quais o papel de alguns países emergentes dentre os quais o Brasil, a China e África do sul tem ganhado maior peso político. Tal relevância se embasa, sobretudo, pelo deslocamento das atividades econômica dos países centrais para os BRICS (Brasil, Rússia, China, Índia, e África do Sul) que têm aumentado a sua participação no PIB mundial.

A crise econômica tem interferido no equilíbrio de poder entre os países. Uma das consequências é o fato de os Estados Unidos não conseguirem assumir o papel de líder mundial sem a ajuda de aliados. O deslocamento da crise, iniciada em 2008 nos EUA, para a Europa e o crescimento contínuo dos nomeados países emergentes abriram espaço para que estes ampliem sua influência no cenário internacional não só economicamente, mas também politicamente.

O Brasil está atuando neste cenário pelo viés da economia. Tem garantido reservas financeiras e tem insistido na internacionalização de suas empresas que estão se expandido para fora do país, sobretudo nos países pobres. Tal processo de expansão tem apoio do governo brasileiro sob o argumento da não perda do mercado externo, quando as competições entre empresas estão cada vez mais acirradas. Argumenta-se também pela possibilidade de um fluxo financeiro maior para o Brasil,

além do acesso a mercados, recursos naturais, aumento das exportações e absorção de novas tecnologias.

O processo de expansão comercial acontece concomitantemente com um movimento interno de concentração maior de capital através de fusões e incorporações, estas financiadas pelo BNDES. O capitalismo nacional se concentra e, em nível interno, se expande para fora. Nos últimos anos esta premissa foi se efetivando favorecida pela transição, sem maiores dificuldades, pela crise que afeta os países do primeiro mundo desde 2008. Um dos caminhos de trânsito na crise foi, além do fortalecimento do mercado interno, o fortalecimento das relações comerciais com os países emergentes e pobres (conhecida como relações sul/sul) no caso países Africanos, da América Latina e do Oriente Médio. Este processo fortaleceu o país frente a outras potências mundiais, pois ensejou um modelo comercial com diversificação maior e também permitiu o acesso a novos recursos.

O crescimento do Brasil, na esteira do capitalismo, ainda que ocupando um papel coadjuvante, tem reflexos também na política externa o que diz do seu papel no cenário político mundial. A credibilidade junto ao mercado externo, embasada nos critérios autonomia/desenvolvimento, é acrescida pelo princípio da não indiferença em relação aos países vizinhos pobres. O Brasil tem buscado assumir o papel de estabilizador/mediador de crises não só no continente, mas também em outras regiões, demonstrando preocupação e responsabilidade com a manutenção da ordem e estabilidade mundial. Tomemos como exemplos os casos de Honduras e Irã. A presença das forças armadas, integradas à ONU, em áreas de conflito ou de desastres ambientais (veja-se Iraque e Haiti) é iniciativa de sustentação deste papel.

A expansão pelo viés do capitalismo e a busca de espaço no cenário internacional segue a pauta da estreita ligação de interesses políticos e econômicos. São caminhos paralelos. No entanto questiona-se o papel do Estado brasileiro no cenário internacional e seu processo de expansão. Primeiro pelo risco de o Estado brasileiro estar ocupando o papel de simples instrumento do capitalismo. Segundo pelo exercício de outro papel complexo pela sua condição de país emergente: é um país explorador, mas também é explorado. Não é centro e nem periferia. Ocupa um lugar dependente na estrutura produtiva tecnológica e financeira global, contudo com um grau de importância cada vez maior na estrutura global de produção expandida do capital, reproduzindo também a seu modo os processos da Globalização neoliberal. Terceiro, pelas condições acima, o Brasil não foge ao roteiro traçado pelos países centrais. Interna e externamente segue com uma ou outra modificação superficial a trajetória dos países com maior grau de desenvolvimento econômico.

O cenário acima descrito confirma a premissa de que o capitalismo domina as relações políticas. Os Estados, no atual contexto, são instrumentos do capital. A pergunta pelo lugar do Brasil neste novo cenário parte da preocupação das relações estabelecidas com os países pobres e emergentes, pelo visto sem muitas possibilidades de superação do viés capitalista. O Brasil não se apresentou como uma contra tendência ao processo histórico de vertente neoliberal que tem pautado o atual modelo de desenvolvimento como único. Percebe-se esta falta de autonomia pela lentidão na superação das desigualdades estruturais internas e pelo não posicionamento explícito frente a processos externos de violação de direitos humanos e de povos. O evento da Cúpula dos Povos quis colocar este debate em pauta construindo uma conferência paralela a Rio +20. Resta saber como se efetivarão e qual o peso político dos compromissos assumidos neste encontro.

Movimentos Sociais

Agenda do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) se volta hoje para uma crítica social mais abrangente, seu horizonte de lutas se alarga para além da estrita defesa dos direitos dos atingidos.

Tendo como mote a discussão do modelo energético nacional, dele se vale para imprimir uma crítica ao modelo atual de sociedade. Dado que a questão energética é um dos temas que melhor expressam a visão do planejamento estatal a partir dos desafios que encerra – qual o modelo de desenvolvimento pretendido? (como e para quem); como o Estado lida com os componentes

ambiental, indígena, social e econômico envolvidos nos projetos de geração de energia; a quem se destina a energia gerada? –, propicia ao Movimento colher elementos de análise e discurso que fundamentam uma crítica ao próprio modelo de sociedade que tal visão de desenvolvimento enseja.

A discussão estratégica da questão energética, sob essa perspectiva, alarga seu horizonte de atuação ao mesmo tempo em que propicia ao Movimento dialogar com diferenciados atores, alargando também suas parcerias na sociedade, no governo e com os demais movimentos sociais. Assim, de uma pauta inicial circunscrita às reivindicações dos atingidos, amplia sua rede de aliados e interlocutores, que hoje engloba desde os pequenos agricultores e sem-terra (sua base histórica) a pescadores, indígenas, quilombolas, até trabalhadores urbanos (eletricitários e petroleiros), sem descuidar da academia e de seus membros, bem como de setores internos ao governo, com os quais se vê envolvido em novos debates: participação social no planejamento do setor elétrico; matriz energética; modicidade tarifária; renovação das concessões do setor elétrico; terceirização do trabalho no setor de energia; e Política Nacional de Direito dos Atingidos.

Ressalte-se que no crescente protagonismo e na afirmação de sua estratégia atual, para além da busca de renovação de suas lideranças, bem como de formação técnica sobre os temas ligados à questão energética, o MAB tem se valido da disposição de interlocução que em larga medida se deve aos espaços de diálogo abertos com o governo federal:

- Mesa de Diálogo Governo Federal / MAB: em que se discute além dos passivos sociais gerados ao longo da história, a construção de uma Política de Direitos dos Atingidos, juntamente com as estatais do setor elétrico e variados ministérios que se relacionam com essa política – MME, MDA, INCRA, dentre outros;
- Mesa da Plataforma Operária e Camponesa de Energia: em que se discute o modelo energético e temas a ele imbricados, juntamente com eletricitários e petroleiros, além, novamente, das estatais do setor.

Agenda do Movimento Negro - Dia Nacional da Consciência Negra

Neste mês em que se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), é possível identificar avanços nas conquistas da agenda de lutas do Movimento Negro brasileiro. A população brasileira é reconhecida como majoritariamente negra – os resultados do Censo 2010 do IBGE apontaram que quase 52% do total da nossa população identifica-se como parda ou negra.

Um dos principais avanços obtidos pela população negra é a aprovação da Lei de Cotas nas Universidades Públicas. Essa lei, ao reservar vagas para a juventude negra de acordo com a proporção de negros e pardos na população, tem o potencial de inclusão de um contingente de jovens tradicionalmente excluídos da educação formal. Cria, dessa forma, nova perspectiva para a juventude negra, ao garantir educação superior de qualidade. A lei contribui para desnudar o caráter perverso da suposta democracia racial brasileira, ao tentar corrigir erros e distorções no sistema de ensino nacional. A Lei de Cotas se articula a políticas sociais voltadas à população pobre, como o Bolsa Família, Brasil Sem Miséria e Brasil Carinhoso, que alcançam prioritariamente a população negra excluída historicamente, sem acesso à renda e às políticas públicas.

Com relação à população negra rural, destaca-se a conquista de políticas públicas pelas cerca de 2.000 comunidades reconhecidas como descendentes de quilombos. Essas populações, excluídas e invisibilizadas, passam a ser sujeitos de direito de políticas específicas, que reconhecem suas especificidades culturais, identidades e territorialidades. O programa Brasil Quilombola, uma conquista do movimento quilombola, está estruturado a partir de quatro eixos: acesso à terra, inclusão produtiva, infraestrutura comunitária e direitos sociais e de cidadania. Assim, busca articular os diversos ministérios com interface na questão quilombola para construir políticas estruturantes e que garantam, às comunidades quilombolas, o seu modo de vida e seus projetos de futuro.

No Dia Nacional da Consciência Negra a presidente da República anunciou a posse definitiva do território para duas comunidades quilombolas de Sergipe e 11 decretos de interesse social para

comunidades quilombolas localizadas em seis estados brasileiros. Anunciou também a aprovação das Diretrizes Curriculares para as escolas quilombolas, fundamental à construção de uma educação escolar que respeite e valorize as identidades e especificidades destas comunidades.

No entanto, o movimento negro e quilombola tem muito a conquistar e muitas questões a superar com a sociedade e o Estado brasileiro. Entre estas questões, destacam-se: a) tomada de consciência pela população brasileira sobre a importância dos negros na formação do povo brasileiro. Um instrumento para isso é a Lei n. 10.639, de inclusão da temática negra nas escolas, que precisa ser reforçada; b) respeito às religiões de matriz africana e ao sincretismo religioso brasileiro; c) Enfrentamento ao preconceito racial e à violência contra as mulheres negras, que figuram como as maiores vítimas de violência doméstica e violência sexual; d) Superação da violência urbana contra jovens negros; e) Reforço à política de cotas e a definição de estratégias para inclusão da população negra no serviço público e em espaços tradicionalmente excludentes a essa parcela da população.

Acontecimento histórico, na Semana da Consciência Negra, foi a posse, no último dia 22, do novo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, que ganhou fama como relator da Ação Penal 470, conhecida como “Mensalão”. Ele entra para história como o primeiro negro a presidir a Suprema Corte do país. Em seu discurso de posse, o novo presidente destacou a importância da consolidação das instituições públicas no Brasil nos últimos anos, o compromisso do Judiciário com a população e a importância da valorização da independência do magistrado. “A noção de justiça é indissociável da noção de igualdade. Quando se associam justiça e igualdade, emerge o cidadão”, disse.

Notícias do Congresso Nacional

1. CPMI do Cachoeira

O relator da CPMI do Cachoeira, deputado Odair Cunha, não conseguiu ler seu relatório, entregue na semana passada. A previsão é de que seja lido amanhã (28), embora o texto não tenha consenso entre os integrantes da Comissão e parte dos parlamentares prometa a apresentação de voto em separado. Além disso, parlamentares já anunciaram a intenção de pedir vista do texto, que pede o indiciamento de 34 pessoas, incluindo Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e a responsabilização de 12 pessoas que têm foro privilegiado. Os trabalhos da CPMI devem ser encerrados no dia 22 de dezembro.

A responsabilização criminal do governador de Goiás, poupando o governador do Distrito federal, é um dos principais pontos de discórdia do relatório. Outras divergências referem-se ao indiciamento de jornalistas, entre eles Policarpo Junior, da revista Veja, e ao pedido de investigação do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, a ser encaminhado ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Parlamentares que não concordam com o encerramento dos trabalhos da CPI em dezembro protocolaram representação para que o Ministério Público prossiga com as investigações.

2. CPI da pedofilia - Alteração no Código Penal

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 5658/2009, originário no Senado, proposto pela CPI da Pedofilia, que foi criada em 2008 e encerrou seus trabalhos em dezembro de 2010. O PL altera as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 (Lei de Prisão Temporária), nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), com a finalidade de aprimorar o combate à prostituição e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

A relatora do projeto, deputada Elcione Barbalho, votou pela aprovação do PL em forma de substitutivo. Neste, a relatora sugere que as penas por crime de pedofilia sejam aumentadas da metade se o agente for, dentre outros, “padre ou pastor da vítima”. A matéria já foi “pré-pautada” da reunião de líderes, podendo ser votada a qualquer momento no Plenário.

Diz textualmente: (a pena fica aumentada) *“de metade, se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor, empregador, padre ou pastor da vítima ou, por qualquer outro título, tem autoridade sobre ela ou lhe inspire confiança”*.

3. Comissão da Verdade

A Comissão Nacional da Verdade criou um grupo de trabalho para analisar o papel das igrejas durante o regime militar (1964-1985). O grupo pretende aprofundar as discussões sobre a atuação que as igrejas e os religiosos tiveram tanto na resistência ao regime militar quanto na colaboração com a repressão. O trabalho do grupo será todo desenvolvido com a assessoria de pesquisadores autônomos e da sociedade civil especializados em ciências da religião, história e sociologia. No primeiro encontro, eles apresentarão os temas de pesquisa e farão o planejamento da agenda de trabalho para os próximos meses. A coordenação dos trabalhos é do professor Paulo Sérgio Pinheiro, membro da comissão.

4. Plebiscito da redução da maioria penal

O senador Ivo Cassol (PP-RO) apresentou no dia 31 de outubro o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 539/2012, que convoca plebiscito para decidir sobre a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. A proposta sugere a data do primeiro turno das eleições 2014 para a realização da consulta aos eleitores. A pergunta a ser respondida pelos eleitores seria: “Você é a favor ou contra a alteração da maioria penal de dezoito para dezesseis anos?”.

Na justificativa, o senador alega que a redução da maioria penal é um dos temas mais polêmicos do país e que a “intensidade do debate em torno da matéria acaba impedindo o Congresso Nacional de deliberar sobre a questão, apesar de haver um clamor nacional em torno dessa decisão e da tramitação de diversas proposições legislativas envolvendo essa definição”. Daí a razão de realizar o plebiscito. Entidades que atuam na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente estão preocupadas com esta proposta. Não é a primeira vez que surge a proposta de realizar um plebiscito sobre essa matéria. O tema veio à tona de maneira forte com a discussão do novo Código Penal. O projeto está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e aguarda a indicação do relator.

5. Marco Civil da Internet

A Câmara dos Deputados está com muitas dificuldades para votar o projeto de lei que cria o Marco Civil da Internet (PL 2.126/2011). Colocado para votação pelo menos cinco vezes, o projeto é sempre retirado da pauta porque deputados favoráveis e contrários à sua apreciação não chegam a um acordo que viabilize a aprovação do texto do relator, deputado Alessandro Molon (PT-RJ). O debate do marco regulatório da internet começou em 2003. Um dos pontos mais polêmicos é a alteração do artigo 15, que previa a retirada de conteúdos da internet somente com mandato judicial, além da alteração do artigo 9º, que trata da neutralidade da rede.

6. PEC das Empregadas Domésticas

A Câmara dos Deputados aprovou no último dia 21, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 478/2010 que amplia os direitos dos trabalhadores domésticos, que passariam a ter os mesmos direitos trabalhistas dos empregados das demais categorias. Conhecida como PEC das Domésticas, a proposta amplia os direitos dos empregados domésticos, incluindo obrigatoriedade de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), carga horária semanal de 44 horas, hora extra e adicional noturno. A categoria reúne 6,6 milhões de brasileiros, sendo a maioria formada por mulheres (6,2 milhões).

O texto foi aprovado por 359 votos favoráveis e 2 contrários. Agora, a proposta volta à comissão especial para elaboração do texto final que será votado em segundo turno. Em seguida, a matéria será encaminhada à análise do Senado, onde também terá que passar por duas votações.

Contribuíram para esta análise: Pe. Bernard Lestiene SJ e Pe. Thierry Linard SJ (Ibrades), Pe. Ari Antônio dos Reis, Daniel Seidel, Pe. Geraldo Martins, Gilberto Sousa, Paulo Maldos e Pedro Gontijo.